

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Reforma Universitária

Macioniro Celeste Filho

Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

A Reforma Universitária da década de 1960 alterou substancialmente a concepção de cultura e o papel do conhecimento no Brasil. A universidade ganha novos propósitos e sua forma adapta-se ao que lhe é incumbido como novas funções do ensino superior no país. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – não esteve alheia a este processo. Ela é importante interlocutora no debate da Reforma Universitária. Este trabalho pretende acompanhar as discussões na SBPC sobre o tema. Para tanto, utilizou-se como fonte a publicação oficial desta sociedade: a revista *Ciência e Cultura*¹.

As discussões sobre a Reforma Universitária percorrem a SBPC por toda a década de 1960. Iniciam-se no princípio dos anos 1960, devido à criação da Universidade de Brasília – UnB – em moldes bem distintos das diversas universidades de então. A UnB se organiza em Institutos de Pesquisa e não em Faculdades. Esta universidade não é planejada como uma junção de faculdades que teriam como pólo aglutinador a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tal novidade dá início aos debates sobre a Reforma Universitária. O primeiro texto sobre o tema encontrado na revista *Ciência e Cultura* é de março de 1963: “Sobre a organização básica dos Institutos Universitários no Brasil” de Moacyr de Freitas Amorim – Escola Paulista de Medicina. O autor caracteriza o que se pretende então enquanto Reforma Universitária como uma reforma de cúpula a imitar o estrangeiro:

As reformas de cúpula têm que ser feitas para satisfazer mais uma vez a vaidade dos que têm as posições de mando ou então a nossa velha mania de fazer um farolzinho, o desejo de aparentar uma situação para a qual não estamos ainda suficientemente aparelhados. Ou a velha necessidade de imitarmos o estrangeiro e querermos estabelecer entre nós, medidas para as quais não nos achamos suficientemente preparados.²

¹ - *Ciência e Cultura*, órgão oficial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Pesquisou-se desde o vol. 13, nº 1, de março de 1961, ao vol. 27, nº 12, de dezembro de 1975.

² - Idem, ibidem, vol. 15, nº 1, março de 1963, p. 55.

Moacyr Amorim critica a reforma quando proposta apenas como adaptação curricular:

Enquanto isso, é bem de ver-se o que de reformas universitárias se planejam executar sobre a base desses malfadados e inacabados Institutos: a cadeira A passará do 5º para o 2º ano; a B deve passar do 1º para o 4º; a C... As cadeiras tais e tais deverão unir-se em **Departamento**; ou deverão separar-se. Ou as “cadeiras” não existirão mais; passarão a chamar-se matérias ou disciplinas. E, assim por diante.³

O autor é contra este tipo de reforma e propõe que antes de se mudar algo, deve-se dar pleno funcionamento ao que já existe. Para tanto, a solução apresentada seria a ampliação maciça do sistema de dedicação exclusiva ou de tempo integral dos membros das universidades.

Em resumo, há sim, de fato, uma primeira reforma, Reforma com R maiúsculo, reforma básica e em profundidade e não simples modificações de cúpula (...): o regime de dedicação exclusiva ou de tempo integral para os seus Institutos e pesquisadores, para o seu corpo docente.⁴

Porém, o autor é contrário a algo que possivelmente presenciara então: as comissões de seleção de tempo integral. Advoga que todas as cadeiras deveriam possuir o mesmo sistema de dedicação exclusiva.

Sem necessidade de se recorrer mais a comissões de “Seleção” ou “comissões de tempo integral”, etc. Na verdade eu tenho medo destas comissões. Há sempre o perigo de que elas se transformem em panelinhas (ou “panelões”) de privilegiados, nutrindo por vezes pontos de vista esquisitos e muito particulares sobre o tempo integral, principalmente quando alguns de seus membros não simpatizam com certos nomes, e então pretendem fazer exigências descabidas e injustificadas. De regra, elas caem no protecionismo indisfarçado. Por sua vez, obrigam os candidatos naturais ao tempo integral a um pedicionismo humilhante, quando não a uma verdadeira mendicância, perante os supostos “donos da ciência” e os “donos do tempo integral” para ver se conseguem ser aquinhoados com esse sistema. Tais comissões precisam acabar entre nós.⁵

³ - Idem, ibidem.

⁴ - Idem, ibidem, pp. 57-58.

⁵ - Idem, ibidem, p. 56.

Com este texto, percebe-se que as lutas na carreira acadêmica não se travavam apenas pela conquista da cátedra. A possibilidade de seleção de alguns pesquisadores para o regime de dedicação exclusiva ou de tempo integral era forte instrumento de subordinação acadêmica. Na Reforma Universitária, o tema da cátedra e da carreira universitária estará presente constantemente.

Em dezembro de 1963, Paulo Sawaya – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL-USP) – escreve sobre o papel das FFCL, debatido em recente simpósio na capital federal. Seu texto intitula-se “As Faculdades de Filosofia em face da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”⁶. Este texto é fruto de conferência proferida na XV Reunião da SBPC realizada em Campinas – SP:

Efetuiu-se em Brasília, há poucos meses um Simpósio sobre as Faculdades de Filosofia, fundadas há 30 anos no país. Desejava-se como que uma tomada de contas do funcionamento destas Faculdades, tendo-se em vista a recente criação da Universidade de Brasília em moldes completamente novos para o país. Com esta Universidade, principalmente pelos seus Institutos Centrais, procurar-se-á efetuar a “integração universitária”, que as Faculdades de Filosofia não conseguiram realizar.⁷

Segundo o autor, neste simpósio, onde ele defendeu os êxitos da FFCL-USP, houve crítica exacerbada ao papel das FFCL. Citando nominalmente os argumentos de Valnir Chagas, o autor expõe as cobranças feitas às FFCL. Elas deveriam integrar universitariamente as antigas faculdades profissionalizantes. Neste sentido, elas fracassaram:

A Faculdade de Filosofia, longe de vitalizar e integrar pelos fundamentos o ensino de natureza profissional, terminou por assimilar-lhe o estilo e os métodos de organização, convertendo-se ela própria em mais um estabelecimento desse tipo. Minha opinião em parte se casa com esta, com a diferença de não subestimar os estabelecimentos de ensino superior. O mal não está em ser as Faculdades de Filosofia estabelecimentos de ensino superior, mas em serem *maus estabelecimentos*. O mal não está em muitas delas se terem reduzido a formar somente professores para o magistério secundário, mas sim em formar *maus* professores.⁸

O autor destaca que a LDB retirou a obrigatoriedade de as universidades se constituírem em torno da FFCL, portanto discutiu-se neste simpósio qual o seu destino:

Houve acesa discussão sobre o destino das Faculdades de Filosofia, propondo alguns a sua substituição pelos Institutos Centrais, outros a bipartição em Faculdades de Ciências e Faculdades de Filosofia e Letras, outros a tripartição em Faculdades de Filosofia, Faculdades de Ciências e Faculdades de Educação, etc.⁹

Boa parte do que se discutirá sobre a Reforma Universitária nos cinco anos seguintes foi alinhavado neste simpósio de 1963 sobre o papel das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras realizado em

⁶ - Idem, ibidem, vol. 15, nº 4, dezembro de 1963.

⁷ - Idem, ibidem, p. 342.

⁸ - Idem, ibidem, p. 344.

⁹ - Idem, ibidem, p. 343.

Brasília. Pesquisar de maneira profunda este encontro é essencial para o entendimento da Reforma Universitária do período.

Em junho de 1965 é publicada a íntegra da conferência proferida por Anísio Teixeira na XVI Reunião Anual da SBPC realizada em julho de 1964 em Ribeirão Preto – SP, sob o título de “A universidade de ontem e de hoje”.¹⁰ O texto de doze páginas discorre sobre a história da universidade no mundo e também no Brasil. Anísio Teixeira sugere que a busca pela integração da universidade não é um fenômeno nacional; que em outros países também não se produziu a universidade consolidada que tanto se almeja aqui:

A própria reunião sob a forma universitária faz-se com visível resistência. Hutchins descreveu certa vez a universidade como uma série de escolas e departamentos separados e unidos por um comum sistema de aquecimento central. Kerr, em nossos tempos, com a menor importância do aquecimento central e a maior do automóvel, chama-a de um grupo de empresários-professores unidos por uma reivindicação comum em torno de espaço para estacionar. No Brasil temos uma série de oligarquias (congregações) isoladas e independentes, unidas por uma reivindicação comum em torno do orçamento, que é federal e feito e votado fora da universidade.¹¹

Anísio Teixeira afirma mais uma vez que “as faculdades de filosofia, no seu pensamento original de faculdade para integração de toda a universidade, não logrou êxito”¹², apontando para a Universidade de Brasília como novidade positiva. Para o autor, o futuro da universidade é a sua sintonia como universidade de serviço, ligada à indústria, à defesa e ao desenvolvimento nacional.

Em junho de 1967, em editorial assinado por E. G. M., a SBPC se manifesta sobre “A reestruturação universitária e o problema dos excedentes”.¹³ Segundo o editorial, devido ao crescimento demográfico, existe pressão por empregos; criando necessidade de reajustes no aparato estatal:

Vêm-se, assim, os governantes do país a braços com o seríssimo problema de arranjar emprego para as dezenas de milhares de jovens que, anualmente, atingem a idade de trabalhar. Daí a premência de se reajustar ou se reestruturar a velha máquina administrativa do país, através de novas legislações e de planejamentos adequados.¹⁴

De maneira explícita, se associa a necessidade da Reforma Universitária com a visão de que é papel da universidade formar mão-de-obra para o mercado de trabalho. A escassez de vagas nas universidades e os candidatos aprovados, mas sem possibilidade de cursar o ensino superior – os excedentes – são fruto da inadequação universitária em formar profissionais. Portanto, a universidade deve ser reformada. Para o autor, isto não é fenômeno novo. “Já os governos

¹⁰ - Idem, ibidem, vol. 17, nº 2, junho de 1965, pp. 339-350.

¹¹ - Idem, ibidem, p. 348.

¹² - Idem, ibidem, p. 349.

¹³ - Idem, ibidem, vol. 19, nº 2, junho de 1967, pp. 243-244.

¹⁴ - Idem, ibidem, p. 243.

anteriores a 1964 sentiram o problema quando arquitetaram a Universidade de Brasília em moldes inteiramente inovadores”.¹⁵

O editorial propõe o caminho da racionalização de recursos como caminho da reforma. Destaca também que aumentar consideravelmente o número de alunos será um parto doloroso, porém inevitável para a universidade:

De que deverá consistir uma tal reestruturação? (...) Em primeira linha, que se unifiquem os recursos humanos e materiais, excessivamente dispersos em muitos casos, tornando a universidade mais econômica, logo, mais capaz de atender ao ensino, à pesquisa e à demanda de vestibulandos. Conseqüência imediata disso seria a criação de Institutos (...) servindo aos diversos cursos da Universidade, estruturados ou não em Faculdades.¹⁶

Onde, porém, a máquina universitária atual parece realmente estar emperrada é no tocante às suas responsabilidades para com a coletividade jovem que a procura anualmente. (...) O que se convencionou chamar o problema dos excedentes; uma certa resistência em aceitar que é natural que, de ano para ano, um número sempre maior de estudantes capacitados batam às portas das faculdades, todos estes fatores estão a engendrar um feto, cujo parto será extremamente doloroso para a Universidade.¹⁷

Em setembro de 1967 é publicado o editorial assinado por M. Rocha e Silva sobre “A Reforma Universitária”.¹⁸ O editorial ressalta que se luta pela renovação do ensino universitário desde a fundação da SBPC. Afirma-se que este foi o tema central da XIX Reunião Anual da SBPC realizada recentemente. O texto expõe os recentes decretos nº 53 de 1966 e nº 252 de 1967 que tratavam sobre a reestruturação universitária. O autor comemora a reorganização da universidade em moldes que descartam a preeminência das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras:

Tomemos, por exemplo, o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, (...) ora, o Decreto-Lei nº 53, torna obsoleta no regime federal de ensino superior, a Faculdade de Filosofia, com a sua organização atual.

(...)

Por outras palavras, a formação do professor secundário será feita através de um sistema análogo ao da formação de qualquer outro profissional, que terá que completar os seus créditos nas unidades fundamentais para ter acesso às unidades do Ciclo profissional. Vê-se aqui a grande superioridade deste sistema sobre o superado sistema das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Até agora, todo esse complicado sistema de Faculdade de Filosofia, tinha como função precípua formar professores secundários, o que, convenhamos, era o método mais caro e absurdo de formar professores secundários num país que precisa dele a mancheias.¹⁹

¹⁵ - Idem, *ibidem*.

¹⁶ - Idem, *ibidem*, pp. 243-244.

¹⁷ - Idem, *ibidem*, p. 244.

¹⁸ - Idem, *ibidem*, vol. 19, nº 3, setembro de 1967, pp. 537-541.

¹⁹ - Idem, *ibidem*, pp. 539-540.

O editorial mostra júbilo pelos decretos de reestruturação do ensino superior, cita sentimento de orgulho, sugerindo que o presidente da SBPC teve papel importante em sua redação:

Esperamos com ansiedade o discurso do Presidente desta Reunião que nos dirá da sua contribuição pessoal para a elaboração dos dois Decretos mencionados.²⁰

A SBPC comemora a possibilidade de independência das Ciências da estrutura das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Diversas reformar federais e mesmo a da USP consistirão no esfacelamento da FFCL. Criando-se Institutos Universitários aos moldes da UnB para as diversas Ciências; Faculdades de Educação para possibilitar acesso ao magistério aos egressos destes Institutos; e formatação do que sobrou em uma Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, cujos egressos, assim como os dos Institutos, deverão cursar de maneira complementar a Faculdade de Educação para ter acesso ao magistério. Parte disto fora discutido em 1963 no Simpósio sobre as Faculdades de Filosofia como apresentado anteriormente.

Dos diversos textos publicados pela revista *Ciência e Cultura* sobre a Reforma Universitária, o mais importante é o artigo de Erasmo G. Mendes, coordenador da mesa redonda sobre o tema realizada durante a XX Reunião Anual da SBPC em 1968. No texto intitulado “Mesa redonda sobre a reestruturação universitária”²¹, o autor descreve com riqueza de detalhes como diversos intelectuais debateram a Reforma Universitária na Reunião da SBPC ocorrida na USP no ano decisivo para sua configuração.

Erasmo G. Mendes afirma que a reunião que se processou deveria ter sido um simpósio coordenado por ele em parceria com o Prof. Valnir Chagas, mas que desentendimentos ainda não esclarecidos entre ambos impediram a participação de Valnir Chagas do evento. Outro convidado ausente foi Rudolf Atcon:

Querendo imprimir a reunião um tom realmente polêmico em torno da momentosa questão, não hesitei em convidar para a mesma “gregos e troianos”, ou seja, anti-reformistas e reformistas de todos os matizes. (...) Um dos “troianos” (ou “grego”?) convidados foi o discutido Sr. Rudolf Atcon. (...) Os lamentáveis incidentes que a notícia provocou é inútil recordar. O fato é que, a partir daí não houve (se é que teria havido) atmosfera para o Sr. Atcon falar. (...) Continuo acreditando, porém, que se tivesse havido o clima, a ocasião teria sido imensamente propícia para que o autor do discutido Relatório Atcon, provavelmente pela primeira vez, se colocasse no “pelourinho” que eventualmente merecesse.²²

²⁰ - Idem, ibidem, p. 541.

²¹ - Idem, ibidem, vol. 20, nº 4, dezembro de 1968, pp. 685-689.

²² - Idem, ibidem, pp. 685-686.

Segundo o autor, o comparecimento de estudantes lotou o auditório do prédio da História-Geografia da USP. Porém, se comportaram de maneira mais comedida do que em ocasiões anteriores onde se discutiu tal tema. Estava presente também o reitor em exercício da USP, o Prof. Mário Guimarães Ferri, diretor licenciado da FFCL-USP.

Erasmio G. Mendes descreve cada uma das intervenções dos participantes desta reunião. Não cabe aqui reproduzi-las integralmente. Serão tratadas apenas algumas para uma exemplificação de como ocorreu este debate. Paulo Duarte – professor da USP e um dos responsáveis pela criação desta Universidade – tratou do Relatório Ferri, como ficou conhecido o memorial de reformulação da USP. Segundo Paulo Duarte, a posição delicada de Mário Guimarães Ferri ser reitor interino impossibilitava a reforma da USP. O reitor oficial, Gama e Silva, era, no momento, Ministro da Justiça. Ocupava este posto há mais de um ano e não se dignificara em renunciar ao cargo de reitor da USP. Paulo Duarte cobrava o afastamento definitivo de Gama e Silva da reitoria da USP. A íntegra de sua intervenção consta do mesmo número da revista.²³ Poucos meses depois, o Ministro Gama e Silva cassou os direitos políticos de Paulo Duarte.

O Padre Jesus Moure – Universidade do Paraná – descreveu o impasse a que se chegara na reforma daquela universidade. Projetou-se uma reformulação com a criação de Instituto e Faculdade de cunho profissional. O Conselho Universitário votou contrário e o Conselho Federal de Educação não aceitou a desfiguração do projeto por parte da cúpula universitária. O Padre se demitira da comissão de reforma.

Na discussão, o Prof. Paulo Sawaya – USP – indagou sobre o destino da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, recebendo a resposta que esta seria diluída pelos institutos, com os ciclos básicos e de profissionalização.

O Prof. J. Leal Prado – Escola Paulista de Medicina – Relatou a difícil administração da Faculdade de medicina de Botucatu e sua recente demissão. A íntegra de sua intervenção consta do mesmo número da revista.²⁴

O Prof. Zeferino Vaz – UNICAMP – concitou o Prof. Leal Prado a não abandonar a luta, nos postos administrativos, num momento tão crucial. O Prof. Leite Lopez – UFRJ – perguntou ao Prof. Zeferino Vaz, por que, então, ele deixou a Universidade de Brasília, pouco antes da lamentável crise que lá eclodiu?

²³ - Paulo Duarte. “Reforma? Mas que reforma?...” *Ciência e Cultura*. Vol. 20, nº 4, dezembro de 1968, pp. 696-701.

²⁴ - J. Leal Prado. “A universidade brasileira: depoimento compacto-incompleto, jocoso-pessimista e semi-imaginário por alguém que está do lado de fora, apesar de militante da vida universitária há mais de trinta anos”. *Ciência e Cultura*. Vol. 20, nº 4, dezembro de 1968, pp. 713-717.

Dois trechos dos debates exemplificam o clima suscitado nesta reunião:

No *Debate Geral*, o Prof. Mascarenhas (São Carlos – USP) salientou que, nos projetos de reestruturação, grande atenção é dada às estruturas e quase nenhuma às causas da estagnação. Nesse contexto, os “corujões” sempre saberão encontrar novos nichos nas novas estruturas e perpetuarão a estagnação.

(...)

O Prof. J. Ribeiro do Valle teceu analogias parabólicas, de cunho “roceiro”, sobre problemas universitários, declarou-se um “anfótero”, principalmente depois de, submetido a uma inquisição pela filha, ter sido declarado um “quadrado”. O Prof. I. Raw manifestou a sua certeza de que, terminada a Mesa Redonda, todos irão para seus pagos, certos de que tudo está resolvido e ... adeus reforma. O Prof. J. Pereira de Queiroz (USP) leu declaração incisiva sobre os postulados da Reforma. O Prof. Aziz Ab Saber (USP) alertou para os perigos da demagogia, de todos os lados, na questão.²⁵

Erasmio G. Mendes, coordenador da reunião, encerra o texto conclamando maior dedicação dos intelectuais ao tema da Reforma Universitária.

Acompanhar os debates sobre a Reforma Universitária pela ótica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência possibilita desvendar os rumos da organização universitária ao longo da década de 1960. De reivindicações corporativas – a implantação do regime de dedicação exclusiva – passou-se à discussão do papel das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Já que a LDB de 1961 não condicionava mais a organização da universidade em torno desta faculdade, por que as diversas Ciências deveriam continuar agrupadas numa instituição formadora de professores para o ensino secundário? O exemplo da Universidade de Brasília foi invejado pelos cientistas das demais universidades. Organizar-se em Institutos de Ciências foi o passo seguinte nos argumentos da SBPC para a Reforma Universitária. Faculdades de Educação credenciariam profissionalmente os cientistas que desejassem lecionar no magistério secundário, assim como também aos egressos da Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Este é o consenso que formula as diretrizes da Reforma Universitária no ano de 1968. Porém, como aqui tratado, este debate percorre a SBPC, ao menos, por meia década. A universidade ganha então nova organização e novos propósitos. Continua formando advogados, médicos, engenheiros, profissionais enfim. Passa agora a formar cientistas profissionais; desvinculados de uma visão das ciências sob a égide aglutinadora da Filosofia, antiga mãe de todo o saber.

²⁵ - *Ciência e Cultura*. Vol. 20, nº 4, dezembro de 1968, pp. 688-689.